

AS ELITES POLÍTICAS BRASILEIRAS

Aluno: Leandro Marinho

Orientador: Eduardo de Vasconcelos Raposo

Introdução

De acordo com os autores Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, o conceito de elites políticas pode ser definido como uma minoria de homens que por suas competências, seus dons e organização possui o poder de dirigir uma maioria desorganizada e despreparada para o exercício do poder [1]. Para os intelectuais, mesmo em sociedades democráticas, onde teoricamente o poder seria de posse da maioria, a elite organizada consegue se destacar e por meios materiais, morais e intelectuais detém o poder sobre os demais. Dessa forma, o sufrágio universal serviria apenas para reforçar a legitimidade do comando da minoria sobre a maioria, cujos desígnios passavam a ser aceitos pela vontade autônoma das massas.

Tomando como base este conceito, o presente trabalho possui como escopo as elites políticas brasileiras, aqui consideradas como os ocupantes dos principais cargos do Poder Executivo. A pesquisa se atém ao período compreendido entre os governos João Goulart e o segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva. Algumas características históricas do Estado brasileiro também serão investigadas na tentativa de melhor compreender o nosso país através do estudo das elites políticas.

Primeiramente, por considerarmos o Estado brasileiro como o principal estrategista do desenvolvimento nacional, pois o mesmo foi o responsável pela organização da sociedade, implementação de políticas públicas e, sobretudo, encarregou-se de trazer a ordem e a segurança pública, o estudo das elites políticas brasileiras se faz absolutamente necessário. Historicamente nunca houve um grupo social que ameaçasse a sua força [2].

Este estudo também nos permitirá caracterizar a transição do período nacional desenvolvimentista (governo João Goulart até o mandato de José Sarney), com as elites estatais e industriais fortes no centro do processo do desenvolvimento nacional, para o período globalizado (do governo Collor ao primeiro mandato de Lula), no qual o mercado e as elites financeiras passaram a exercer um desempenho essencial no financiamento das atividades produtivas e do Estado brasileiro, enfraquecido pelo desajuste fiscal, pelo processo inflacionário e pelo endividamento público.

É de suma importância elucidar que levamos em consideração que a formação das instituições públicas brasileiras foi condicionada por tradições no mínimo díspares. Ao mesmo tempo em que incorporou valores da modernidade advindos dos processos de revoluções burguesas, o Brasil também herdou características de nossa formação ibérica, constituindo, dessa maneira, um modelo híbrido de Estado. Assim sendo, o mesmo caminha ora em direção à implementação de políticas públicas de interesse universal (justiça social, democracia política e desenvolvimento econômico), ora serve de moeda de troca em barganhas corporativas e negociações políticas [3].

Vale ressaltar que nos diferentes períodos governamentais aqui estudados, determinados grupos possuidores de diagnósticos, características, interesses e visões de mundo específicas são mais valorizados que outros. Em João Goulart, por exemplo, reformista na área social, parte da elite política deste governo se encontrava nos titulares das centrais sindicais. Nos governos de Castelo Branco e Fernando Henrique Cardoso, como a prioridade era a estabilização da economia através da contenção da inflação foi atribuída grande importância

ao Ministério do Planejamento, ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central. Já nos governos desenvolvimentistas, como por exemplo, Costa e Silva e Médici, o diagnóstico apontava para uma crise de segurança nacional e para um crescimento econômico acelerado. As forças de segurança nacional e de economistas desenvolvimentistas foram, portanto, mais privilegiadas nestes dois mandatos.

Como já foi ressaltado em relatórios anteriores os cargos que estão sendo considerados para a referida base são os dos titulares das seguintes instituições: presidente, vice-presidente, ministérios, secretarias com status de ministério e os presidentes das instituições Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Central, Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), Eletrobrás e Petrobrás, no período acima citado.

Como também ressaltado, as características pessoais pesquisadas são: idade, estado da federação, gênero, nível de circulação, formação educacional, filiação partidária, cota política, técnica ou mista, profissão do pai e ligação com a iniciativa privada, com o poder legislativo, com o poder judiciário.

Trata-se de uma pesquisa de longa duração e que está trabalhando com aproximadamente cinco mil informações.

Atualmente, a pesquisa encontra-se em fase de finalização da construção de sua base de dados sobre as características pessoais dos ocupantes dos cargos estudados.

Objetivo

Através do conhecimento das características pessoais dos titulares dos principais cargos do poder executivo, associado à análise da formação social e institucional do Brasil, pretendemos colaborar com uma melhor compreensão do caráter e da dinâmica que preside a vida política no Brasil.

Metodologia

As principais fontes utilizadas para a pesquisa são: a página da Presidência da República, que possui a lista de todos os membros que ocuparam cargos do Poder Executivo, com data de entrada e saída da instituição ocupada; o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro do CPDOC/ FGV e currículos de vida adquiridos pela pesquisa.

A metodologia empregada nesta fase da pesquisa (elaboração da base de dados) está vinculada a procura das informações acima citadas, ao preenchimento de questionários previamente elaborados e a inserção de tais informações no programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

Em uma fase posterior, esses dados, em suas inúmeras possibilidades combinatórias, serão analisados para produzir uma leitura compreensiva da política brasileira.

Desenvolvimento da pesquisa

Em concomitância com o processo acima descrito, chegamos às conclusões parciais que nos apontam para uma série de hipóteses, que estando na origem de nossa investigação, só serão testadas com o desenvolvimento da presente pesquisa. Algumas dessas hipóteses são:

- A instabilidade das instituições públicas brasileiras, isto é, considerando a conjuntura econômica, política e social internacional e nacional, na qual um determinado governo está inserido e as datas de ingresso e saída dos ocupantes dos cargos estudados, seria possível qualificar o grau de estabilidade política de seus respectivos governos. Havendo uma considerável circulação nos cargos mencionados, há também uma tendência à instabilidade de determinado governo. Caso contrário, pode-se supor que tal governo está mais próximo à estabilidade.

- A vinculação de parte das elites ao poder legislativo;
- A vinculação de parte das elites à iniciativa privada. Um governo composto por uma quantidade significativa de atores ligados à iniciativa privada entende o mercado como o principal agente do desenvolvimento econômico do país. Tal Estado está preocupado com a estabilização da economia e, por isso, tem como prioridade conter a inflação. Podem ser citados como exemplos os governos de Castello Branco e de Fernando Henrique Cardoso. Havendo poucos membros que possuem ligação com o setor privado em um determinado governo, há a tendência de o Estado ser o principal agente regulador do processo econômico. Foi o caso dos governos desenvolvimentistas de Costa e Silva e Médici.
- A existência em maior ou menor grau nos diferentes governos analisados de cotas políticas, técnicas e/ou mistas (presidencialismo de coalizão). Para o Executivo ter seus projetos aprovados pelo Legislativo, alguns governos cedem pastas ministeriais para alguns partidos, o que configura a chamada cota política. A cota técnica é caracterizada pelo preenchimento dos cargos por profissionais especializados em áreas relativas ao mesmo. Há também a possibilidade de um membro assumir um cargo no Executivo tanto por ser filiado ao partido que está no poder ou fazer parte da base aliada, quanto por ser capacitado tecnicamente para assumir tal cargo.

A partir desta classificação dos critérios para a nomeação dos cargos, é possível chegarmos a duas hipóteses: primeiramente, em períodos mais autoritários, as cotas eram técnicas, pois por motivos óbvios o presidente da República não precisava necessariamente do apoio do Congresso. Segundo, nos governos democráticos, ocorre justamente o contrário: a maior parte da nomeação dos ministros ocorre pelo critério de cota política.

Referências

- 1 – GRZYNSZPAN, M. Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica e trajetórias sociais.** 1.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 256p.
- 2 - SANTOS, W.G. Ordem burguesa e liberalismo político.** 1 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1978. 172 p.
- 3 - RAPOSO, E. O Leviatã-ibérico: modernidade, corporativismo e desigualdade na formação institucional brasileira.**